

## INICIATIVAS DO ESTADO E DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PNAPO E DAS PLANAPÓS

Leticia Andrea Chechi<sup>1</sup>

### RESUMO

A construção de grande parte das políticas públicas no Brasil tem sido debatida em espaços de interação entre sociedade e Estado, o que permite trabalhar a noção de permeabilidade do Estado e a articulação de diferentes interesses nas arenas decisórias. Este trabalho objetiva analisar a relação, conflitos e confluência entre Estado e movimento agroecológico, representado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), na construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e Planos Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Para isso foram analisados documentos elaborados pela ANA, textos produzidos pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Familiar (AS-PTA) e documentos governamentais. A formação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), se constituiu como um interlocutor para o debate da política e plano nacional junto à sociedade civil. Com conflitos após o lançamento da minuta de Decreto que instituiria a PNAPO, os atores sociais, organizados pela ANA, têm mantido o diálogo com o Estado, colocando suas demandas, presentes nos Planapos (2013-2015 e 2016-2019). No entanto, a permeabilidade do estado pode ser afetada pelo contexto político e econômico do país, o que pode colocar em risco um espaço que gradativamente vinha sendo conquistado pelas organizações e movimentos sociais.

**Palavras-chave:** movimentos e organizações sociais, permeabilidade do estado, políticas públicas, repertórios de cooperação e conflito.

### THE NATIONAL ARTICULATION OF AGROECOLOGY (ANA) AND THE CONSTRUCTION OF PNAPO AND PLANAPÓS: A STUDY ON THE PERMEABILITY OF THE STATE

### ABSTRACT

The construction of the large part of public policies in Brazil has been debated in spaces of interaction between society and State, which allows to work the notion of permeability of the State and the articulation of different interests in the decision-making arenas. This study aims to analyze the relationship, conflicts and confluence between the State and agroecological movement, represented by the National Articulation of Agroecology (NAA), in the construction of the National Policy of

---

<sup>1</sup> Graduada em Engenharia Florestal (UFSM). Mestrado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: leticia.chechi@ufrgs.br.

Agroecology and Organic Production (PNAOP) and National Plans of Agroecology and Organic Production (Planapo). For this, were analyzed documents elaborated by ANA, texts produced by the Consultancy and Services for Projects in Family Agriculture (AS-PTA) and governmental documents. The formation of an Interministerial Working Group (IWG), was constituted as an interlocutor for the debate of the policies and national plan with the civil society. With conflicts after the launching of the Decree that instituted PNAPO, social actors, organized by ANA, have maintained dialogue with the State, placing their demands, present in the Planapos (2013-2015 and 2016-2019). However, the permeability of the state can be affected by the political and economic context of the country, which can put at risk a space that has gradually been conquered by social organizations and movements.

**Keywords:** cooperation and conflict repertoires, movements and social organizations, permeability of the state, public policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Diferentes perspectivas teóricas acerca do Estado podem ser encontradas na literatura. Sem adentrar nas especificidades dessa discussão, inicialmente destaca-se a complexidade e o caráter processual do Estado, como um espaço de relações e tensões de diferentes atores. Elias (2006) escreve sobre o caráter inacabado do Estado, não como uma unidade coesa, mas apresentando processos de criação e recriação. De acordo com Souza Lima (2012), estudar fenômenos em torno do Estado pela análise das ações da administração pública é apenas uma das possíveis entradas de análise. Ela permite ultrapassar a percepção de completude que a ideia de Estado carrega, através da busca da instalação da coerência, com a constituição de ideários, redes de relações e práticas administrativas. Nesse processo estão envolvidos diversos atores, que definem o que serão ou não políticas de intervenção governamental, embasados, muitas vezes, em problemas construídos por eles próprios.

Ações, como a produção de problemas sociais (BOURDIEU, 1996) na construção de políticas públicas, têm sido fortemente influenciadas por movimentos e organizações sociais, em um protagonismo que pode ser observado no Brasil e no mundo. A construção da realidade é desenvolvida por Pierre Bourdieu a partir da perspectiva relacional, tendo os conceitos de campo e *habitus*, centralidade nesse debate. Segundo Bourdieu (2004), a realidade social também é objeto de percepção, assim, a ciência social deve considerar além da realidade, a percepção da realidade, a percepção do mundo social, que tem influência na construção desse mundo.

De acordo com Souza Lima e Macedo e Castro (2015), as políticas governamentais no momento presente devem ser entendidas com planos, ações e tecnologias de governo formuladas não somente pelas organizações administrativas de Estados nacionais, mas por diferentes organizações, que exercem sua influência estando fora desse âmbito. Estas têm atuado na construção, implementação e avaliação de políticas, relacionando-se com diversos atores e disputando seus interesses. Trouillot (2001) destaca que a influência dos movimentos sociais, ONGs (Organizações Não-Governamentais) e outros atores sociais no Estado é uma das características da globalização.

No Brasil, o processo participativo nas políticas públicas tem se intensificado nos últimos anos. De acordo com Grisa e Schneider (2014), a partir de posturas críticas e reivindicativas, a sociedade civil, através das organizações e movimentos sociais, passou a ser propositiva, e também parceira na execução e

cogestão das políticas pública. A intensificação da relação da sociedade civil com o governo se dá a partir da Constituição da República, de 1988, que prevê a participação cidadã, combinadas com o surgimento e ampliação de organizações e movimentos sociais. Contudo, é a partir da eleição de Luís Inácio Lula da Silva, para a Presidência da República, em 2002, que observa-se a ampliação dos espaços de participação em nível nacional, resultado também, da expectativa em relação às demandas históricas da sociedade civil na agenda do governo (FARIA, 2010).

Movimento social é entendido nesse trabalho como “a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos”. (MELUCCI, 2001, p. 35). Ainda de acordo com o autor citado, a ação coletiva de um movimento social está baseada na solidariedade, no compartilhamento de uma identidade coletiva, na relação conflitiva entre atores que lutam pelos mesmos recursos e no rompimento dos limites do sistema em que ocorre a ação (MELUCCI, 1989).

De acordo com Picolotto e Piccin (2008, p. 6), “o repertório de pauta de luta dos movimentos camponeses têm incorporado como centrais as questões relacionadas à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e das culturas locais”. Esse repertório se contrapõe ao modo capitalista de exploração agrícola, que tem causado efeitos negativos em relação aos recursos naturais. Esse é também, um dos principais repertórios da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A ampliação da participação ANA na construção de políticas é observado no Brasil. Criada em 2002, a ANA tem integrado movimentos, redes e organizações da sociedade civil no fortalecimento da produção familiar e promoção da agroecologia, buscando construir alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Nesse contexto, tem dialogado intensamente para construção de políticas públicas que possam impulsionar um modelo de produção e fortalecer uma alternativa sustentável aos padrões atualmente dominantes no Brasil, participando da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), bem como da formulação dos Planos Nacionais de Agroecologia e produção Orgânica (Planapos).

Mas nesse processo de construção de política pública, como é o diálogo estabelecido entre o governo e a ANA? Os interesses do governo e da ANA eram similares em relação à PNAPO? Houve resistências e conflitos na discussão de objetivos, diretrizes e governança da política? A ANA conseguiu ter autonomia no processo e estabelecer suas posições ideológicas e metodológicas? Quais os desafios para esses atores frente a um cenário de instabilidade econômica e política? Nesse contexto, o trabalho objetiva analisar a relação, conflitos e confluência entre administração pública e movimento agroecológico, representado pela ANA, na construção da PNAPO e Planapos. É importante ressaltar que essa análise compreende um período diferente do atual<sup>2</sup>, em relação à economia e política brasileira. No entanto, permite trazer a discussão referente aos desafios e alternativas que os atores e políticas públicas enfrentam nesse cenário.

As reflexões acerca do tema se darão através da análise de diversos documentos da Articulação Nacional de Agroecologia, a saber: a) documento intitulado “Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e

---

<sup>2</sup> O período de análise nesse trabalho compreende desde o I Encontro Nacional de Agroecologia, no ano de 2002, até a publicação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2016-2019), que ocorreu em 2016.

Sistemas Orgânicos de Produção”; b) relatórios dos seminários regionais para discussão da PNAPO (Amazônia, Cerrado, Nordeste, Sudeste e Sul); c) proposta da ANA para a PNAPO; d) Documento intitulado “Detalhamento de algumas ações prioritárias para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”. Além destes, foram analisadas as cartas políticas dos I, II e III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA); Boletins do ENA; documentos governamentais, como a minuta de Decreto que instituía a política; o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; o Plano Nacional de Agroecologia (2011) (preliminar, produzido por um Grupo Interministerial em conjunto com um consultor contratado), (2013-2015) e (2016-2019); artigos, dissertações e teses produzidos sobre o tema.

O trabalho está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução, sendo que a primeira apresenta um breve diálogo acerca do tema Estado, trazendo alguns autores referenciais. A próxima seção discute a temática das políticas públicas e a relação com movimentos e organizações sociais, seguido pela apresentação da atuação da ANA na construção da PNAPO e dos Planapos. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre movimentos e organizações sociais e políticas públicas, objeto desse trabalho, em um cenário de instabilidade econômica e política no Brasil.

## 2 UM BREVE DIÁLOGO SOBRE ESTADO

Na realização de estudos sobre políticas públicas, nos mais diversos âmbitos, a reflexão sobre o Estado se faz necessária. Logo, é preciso mencionar a existência de diferentes perspectivas teóricas, que trabalham as tensões, efeitos, implicações, não havendo uma definição, simples e objetiva, para Estado. Destarte, mais importante que conceituar, é considerar duas questões essencialmente importantes na análise, uma processual, que se transforma constantemente, o Estado como um espaço de tensões; e uma segunda questão que trata da complexidade, da institucionalidade, devido a dinamicidade do Estado, buscando entender quais são os atores, as redes, como e por que o mesmo se transforma.

Autores clássicos, como Pierre Bourdieu, entendem o Estado como resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, de força física e coerção, esta que pode ser econômica, cultural e simbólica, produzindo categorias de pensamento que são utilizadas espontaneamente pelos indivíduos. A influência do Estado é sentida no domínio da produção simbólica, pois as administrações públicas são produtoras de problemas sociais, bem como de categorias, que a ciência social frequentemente ratifica. Criação de classificações são formas constituídas associadas à condições históricas (BOURDIEU, 2014). De acordo com Bourdieu, a construção do Estado se dá paralelamente à construção do campo do poder (BOURDIEU, 1996).

De acordo com Philip Abrams, o Estado é um projeto ideológico, um exercício de legitimação, uma tentativa para obter o apoio para tolerância ou intolerância de algo, admitindo os processos de legitimação do “Estado ideia” como um objeto para estudos do Estado. Acrescenta ainda, que o Estado passa a existir como uma estrutura dentro da prática política, cria uma identidade simbólica separada da prática (ABRAMS, 2006). Ao escrever sobre as dificuldades de estudar Estado, Abrams (1988) menciona que este não se trata de algo palpável, ao mesmo tempo que é um órgão sobreposto a sociedade de uma forma não ilusória. Assim, de acordo com o autor, o Estado esconde a verdadeira história e relações de sujeição por trás de uma máscara de legitimação.

Em outra linha de análise, seguindo uma perspectiva Gramschiana, Trouillot (2011) defende que Estado não é redutível a governo, mas se trata de um espaço privilegiado de poder e luta, tendo o estado de pensamento e sociedade civil como conceitos essenciais. Não se faz necessário um local para o Estado, institucional ou geográfico, assim ele aparece como um campo aberto com múltiplas fronteiras. Nessa linha, as teorias do Estado devem cobrir toda formação social e articulação de Estado e sociedade civil, sendo estes ligados por um bloco histórico que assume uma formação social particular.

Como exposto por Sharma (2006), não se trata de assumir o Estado como espaço central do poder, mas analisar como assume sua posição de autoridade e gere todas as outras formas institucionais que as relações sociais tomam, funcionando como conduta social por essas e outras instituições. De acordo com a autora, é preciso analisar como o Estado se diferencia de outras formas institucionais e como os efeitos dessa construção tem influência na operação e difusão do poder em toda sociedade. A análise de práticas e processos, bem como de efeitos do Estado, tem considerado o processo da globalização.

Relacionando Estado à globalização, Trouillot (2001) coloca três elementos importantes: o primeiro é que os domínios de intervenção dos governos são rapidamente modificados; o segundo é que movimentos sociais surgem mais como recipientes ideológicos e culturais do que o Estado Nacional; e por fim, que ONGs (Organizações Não-Governamentais) e corporações internacionais exercem efeitos, as vezes maiores que o Estado Nacional.

Considerando a emergência de diferentes atores nos processos de formação do Estado, Charles Tilly é reconhecido internacionalmente no campo da pesquisa sobre ação coletiva, métodos históricos e a formação do Estado. Sugere a existência de múltiplas relações e redes sociais, cujas fronteiras, muitas vezes, são bastante vagas e raramente coincidente (TILLY, 1996).

Tilly faz diversos trabalhos sobre “contestação popular”, pela qual os indivíduos comuns agem juntos para fazer reivindicações aos detentores de poder, ou reafirmá-los. Ele também enfatizou a importância da organização para ação coletiva, afirmando, contra as ideias de Durkheim, que o protesto, o motim e a rebelião não são obra das massas desarraigadas e não integradas. Nos anos mais recentes, Tilly vem se concentrando sobretudo na descrição e explicação das mudanças no que ele denomina “repertórios de ação coletiva”, escrevendo conjuntamente com autores como Sidney Tarrow e Doug McAdam (TILLY, 1996).

Trazer atores e organizações coletivas no estudo dos processos de formação do Estado é considerar este como um espaço dinâmico, de tensões e disputas, onde as relações estabelecidas e os repertórios utilizados são elementos importantes para análise. Nessa perspectiva, Elias (2006) aborda o caráter inacabado e contínuo dos processos sociais e de formação do Estado, ou seja, o Estado não como uma dada unidade coesa, mas apresentando processos criação e recriação.

De acordo com Elias (2006), no processo de formação de Estados e construção de nações, há uma série de tensões e conflitos, lutas e equilíbrios de poder. Por isso, para compreender a formação de Estados é necessário estudar a história, processos sociais que se repetem, pois, muitos elementos não são explicados no curto prazo.

Apesar de existirem distintas correntes analíticas para compreender os processos de formação do Estado, há alguns pontos importantes de correlação entre as perspectivas de Bourdieu, Elias e Tilly. Um primeiro elemento a ser citado trata do monopólio, das formas de monopólio ligadas à coerção e violência, e a relação disso com os meios burocráticos. Um segundo elemento em comum trata da legitimidade,

da produção de condições de legitimidade do próprio monopólio. Ainda, que esses autores apostam na perspectiva analítica de processo para compreensão do Estado.

No que se refere à construção da PNAPO e dos Planapos, e a relação da ANA nesse processo, elementos e características trabalhadas por alguns autores citados são relevantes na análise. A construção do Estado paralelamente ao campo do poder, possibilitando a criação de problemas sociais (BOURDIEU, 1996), que buscam ser legitimados na sociedade, e também como projeto ideológico (ABRAMS, 2006) pelos diversos atores, são elementos importantes para esse estudo. Considera-se que esse processo se dá em um espaço privilegiado de poder e luta, como mencionado por Trouillit (2011), onde os atores constituem múltiplas relações e redes sociais, e fazem reivindicações aos detentores do poder (TILLY, 1996), que traduzido em ações, como políticas públicas, representam o caráter processual e de formação contínua do Estado (ELIAS, 2006).

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A RELAÇÃO COM MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

O Estado enquanto apresentando processos de criação e recriação, como mencionado por Elias (2006), pode ser observado através da formulação de políticas públicas, onde se expressam diferentes atores, relações e disputas. Políticas públicas podem ser entendidas como um quadro normativo de ação, combinando elementos de força pública e elementos de competência (MULLER; SUREL, 2004).

É preciso salientar que não existe uma única, ou melhor definição de política pública. Dye (1984), por exemplo, define política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, pois a não ação em relação a um problema, também poderia ser considerada uma forma de política pública. Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Contudo, críticas expõe que isso poderia ignorar o embate em torno de ideias e interesses, o aspecto conflituoso que cercam as decisões dos governos acerca das políticas públicas, bem como as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais (SOUZA, 2006). À luz da ciência política, Souza (2006) conceitua política pública como um campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação e também propor mudanças nessas ações, quando necessário. A formulação das políticas públicas trata da tradução dos propósitos dos governos em programas e ações que produzem efeitos no mundo real.

A análise das intervenções governamentais advindas como políticas públicas pode se dar através do olhar das relações em movimento, em transformação, e tomar isso para o estudo sobre os processos de formação de Estado. Isso permite tratar as políticas públicas como parte do processo do ‘fazer-se Estado’, maleável, mutável, longe de planos racionais e avaliações consistentes (SOUZA LIMA; MACEDO; CASTRO, 2015).

Ainda de acordo com Souza Lima, Macedo e Castro (2015), no momento presente as políticas governamentais devem ser entendidas como planos, ações e tecnologias de governo formuladas não somente pelas organizações administrativas de Estados nacionais, mas por diferentes organizações, que fora desse âmbito, exercem sua influência. O autor menciona organizações como ONGs, movimentos sociais, bem como organismos multilaterais de fomento e de cooperação internacional. Nesse sentido, é preciso reconhecer que a identificação de problemas sociais e a formulação de políticas ocorrem em “múltiplas escalas espaciais, com temporalidades variáveis, no entrecruzamento de amplos espaços de disputa” (p. 35).

Estes espaços de relação com o Estado na identificação de problemas sociais e formulação de políticas públicas são de tensões e conflitos, e podem ser analisados com a contribuição de diversos autores já citados nesse trabalho. Mais especificamente da obra de Tilly, destaca-se o trabalho sobre repertórios de ação coletiva (TILLY, 1995).

A construção conceitual de Tilly sobre repertórios de ação coletiva possibilita analisar e explicar as mudanças na qual o autor está interessado, e esta construção foi aprimorada ao longo do tempo. De acordo com Alonso (2012), essa caracterização apresenta três fases: a primeira se referia a repertórios como formas de ação; na segunda, o conceito foi revisado como repertórios de conflito, como rotinas de confronto; e por último, como repertórios de organização. Contudo, a literatura e experiências empíricas mostram que os movimentos e organizações sociais também estabelecem processos de colaboração com o Estado. Isso pode ser visualizado nos processos de construção de políticas públicas, como é o caso da PNAPO, onde a ANA, mesmo com discordância de ações do governo, vê nesse processo uma oportunidade política para reafirmação da agroecologia e propor um modelo de desenvolvimento sustentável no contexto nacional.

Nesse sentido, Giuni e Passy (1998) caracterizam a relação das organizações e movimentos sociais com o Estado através de uma tipologia, dando ênfase para a cooperação conflituosa. Esta ocorreria, segundo os autores, por cinco razões: em relação ao conteúdo da interação, onde o conhecimento, a posse de informações, tem um papel fundamental e o Estado (normalmente) tem maior conhecimento; sobre a finalidade da relação, pois mesmo existindo metas comuns, frequentemente ocorrem desacordos sobre os meios para alcançá-las, assim como sobre a extensão das soluções propostas; a terceira razão é a natureza do processo relacional entre Estado e grupos sociais, onde o Estado é visto como mediador de conflitos de interesses, em uma posição superior aos demais atores; outra característica se refere à capacidade de agência envolvida nessa relação, onde a contribuição dos movimentos pode ultrapassar o cumprimento de propostas do Estado, sendo mais crítico e propositivo; por fim, a cooperação conflituosa ocorre pela autorreflexividade do Estado, que é ciente de suas limitações para o exercício da regulação social, fortalecendo formas de colaboração que reconhecem o conhecimento, as habilidades e competências dos atores no processo, ao mesmo tempo que já tem estabelecido o seu campo de poder.

De acordo com os autores, a cooperação conflituosa pode ocorrer de três formas: consulta, integração e delegação. A consulta seria o interesse de atores estatais referente às informações e experiências que os movimentos e organizações sociais detêm; a integração corresponderia a incorporação de lideranças dos movimentos em comissões, comitês e instâncias estatais, inclusive, buscando a legitimidade das ações do Estado; já a delegação consiste na transferência de responsabilidades por parte do Estado para organizações e movimentos sociais na execução de políticas públicas.

A ideia fundamental é que a colaboração raramente se dá em ambiente de consenso, mas se constitui no confronto e avança para uma cooperação conflituosa, o que pode ser observado no caso da ANA na construção da PNAPO e Planapos, e será explorado no próximo capítulo. Considerando o marco lançado por Tilly e seus seguidores "em adição a um repertório de confronto, agora pode-se falar de um repertório de cooperação ao se referir a novos movimentos sociais" (GIUGNI; PASSY, 1998, p. 89).

#### **4 A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PNAPO E DOS PLANPOS**

O movimento agroecológico no Brasil tem início na década de 1970 e se intensifica na década de 80, em oposição ao modelo agrícola implementado na modernização da agricultura e influenciada por um grande interesse da sociedade pela questão ambiental (ALTIERI, 1995). De acordo com Delgado (2008), a agroecologia como movimento se consolida no Brasil como resistência à hegemonia do agronegócio, estabelecida no país desde a adoção das práticas da Revolução Verde.

Segundo Caporal e Petersen (2012), uma das primeiras experiências significativas relacionadas a políticas públicas para agroecologia foi colocada em prática pela Associação de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS), no período de 1999 a 2002. A entidade estabeleceu critérios para orientar a ação extensionista com foco na agricultura familiar e com orientação técnica baseada nos princípios da agroecologia. Já em 2003, durante o processo participativo de construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, envolvendo o governo federal através do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, se identifica a necessidade de uma extensão rural agroecológica.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi fundada no ano de 2002 como um dos desdobramentos do I ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O momento era favorável para uma articulação nacional devido à incorporação de referenciais agroecológicos por movimentos sociais, como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), FETRAF (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) e movimentos feministas; pelas críticas direcionadas aos transgênicos; pelo surgimento de iniciativas agroecológicas promovidas pelo poder público (Projeto Lumiar<sup>3</sup>); emergência de percepções ambientalistas; valorização da agricultura familiar pela sociedade; o crescimento do mercado de orgânicos e o debate sobre a lei de certificação; contexto de debate eleitoral (2001-2002), que aqueceu a discussão em torno da reforma agrária, agricultura familiar e tecnologias alternativas (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

O ENA, espaço de onde emergiu a ANA, objetivava afirmar a agroecologia como modelo alternativo ao agroquímico dominante, divulgar as experiências agroecológicas, estimular a articulação e cooperação entre setores, bem como formular propostas de políticas públicas que favorecessem a agroecologia e submetê-las aos atuais candidatos da Presidência da República (BOLETIM ENA, 2002).

A organização deste evento levou aproximadamente dois anos e envolveu representantes de 21 organizações, entre movimentos sociais (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais- ANMTR, Conselho Nacional de Populações Extrativistas-CNS, Contag, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil-Feab, Fetraf-Sul, MPA e MST), ONGs (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa-AS-PTA, Centro Ecológico Ipê, Centro Sabiá, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata-CTA-ZM, Federação de Órgãos para a Assistência

---

<sup>3</sup> O Projeto Lumiar ocorreu de 1997 a 2000, após a pressão dos movimentos sociais rurais, para assistência técnica de assentados rurais. Muitos técnicos do projeto tinham proximidade com agroecologia e tecnologias alternativas, contribuindo para outros entendimentos de produção (LERER; MEDEIROS, 2014).



Social e Educacional-Fase, Grupo de Trabalho Amazônico-GTA, Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia-GTNA e Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais-Sasop), redes (Articulação do Semiárido-ASA Brasil, Rede Cerrado e Rede Ecovida de Agroecologia), grupos acadêmicos (Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária da Universidade Federal do Mato Grosso-Gera/UFMT e União Nacional Escolas da Família Agrícola do Brasil-Unefab) e organização vinculada à Igreja Católica, a CPT (ENA, 2003). Esta estrutura essa foi a base para criação da ANA, trazendo a noção de “unidade na diversidade” (BENSADON, 2016, p.69).

A dinâmica organizativa da ANA é composta pela Secretaria Executiva, Núcleo Executivo, Plenária ou Coordenação Nacional, ENAs e os Grupos de Trabalho (GTs) por temáticas. Estes grupos modificaram-se ao longo do tempo na articulação, objetivando pautar problemas sociais, buscando nesse processo o apoio da administração pública e de suas políticas, para legitimá-los perante à sociedade. Segundo Bourdieu (1996), as administrações públicas têm o poder de produzir problemas sociais.

Quanto à definição, a ANA se reconhece como espaço de integração de experiências para promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural:

[...] espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira, engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia de fortalecimento da produção familiar e da construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural (ANA, 2015, p. 1).

A organização da articulação se dá através de três frentes. A primeira busca articular experiências locais/territoriais realizadas pelas organizações que fazem parte da ANA, promovendo o intercâmbio entre elas e estimulando a reflexão coletiva. Essa atividade subsidia a segunda frente de ação, que consiste no trabalho sobre políticas públicas, identificando-se desafios para o desenvolvimento da agroecologia e elaborando propostas para criação e aprimoramento de políticas públicas. O esforço nesse sentido, tem fortalecido a ANA como ator político do campo agroecológico, legitimado para negociações de políticas junto ao governo. Um exemplo dessa frente de ação pôde ser observado na construção da PNAPO, onde a ANA, através de sua rede de atores, das diversas regiões do país, apresenta uma proposta consolidada de política pública ao governo. A terceira frente de ação procura estabelecer a comunicação com a sociedade, dando visibilidade à realidade da agricultura familiar e da agroecologia (ANA, 2015).

A origem da ANA, suas frentes de ação e interlocução que ela proporciona, estão alicerçadas num projeto de produção sustentável que busca legitimação na sociedade. A articulação enxerga o poder do Estado como um grande impulsionador nesse processo, e por isso buscou, desde sua origem, dialogar com as instâncias governamentais, influenciar e propor políticas públicas que pudessem promover a agroecologia e o desenvolvimento sustentável. Esse fato reconhece o poder de legitimidade do Estado (ABRAMS, 2006), e o governo como espaço privilegiado de poder e luta na articulação com a sociedade civil (TROUILLOT, 2011) no processo do ‘fazer-se Estado’.

Mesmo tendo participação na construção de políticas públicas na área da agricultura familiar, essencialmente a partir de 2003, a ANA observava que o governo não compactuava totalmente com suas orientações políticas, visto que o agronegócio passava por uma fase de forte crescimento, inclusive com a liberação

dos transgênicos. A agroecologia, desde então, passou a se constituir como o contraponto do agronegócio, o que ficou explícito na Carta Política do II ENA, em que a “agroecologia se desenvolvia como contracorrente das orientações do Estado dominadas pelos interesses do agronegócio”. Esse fato fazia da ANA um canal de aproximação e diálogo das organizações em prol da produção familiar agroecológica, não explicitando as diferenças da diversidade de atores que a integrava (ANA, 2006).

No “Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo”, realizado em Salvador – BA em 2011, críticas foram direcionadas ao governo apontando a incompatibilidade dos modelos do agronegócio e o da agroecologia no mesmo território, com a tolerância do desmatamento, do uso de agrotóxicos, de utilização de sementes transgênicas, pactuando uma complexa agenda entre os participantes do evento. Crítica a um Estado que legitima, como mencionado por Abramns (2006), e que neste caso, tolera as práticas do agronegócio.

De acordo com Bensadon (2016), foi a partir de 2012 que a ANA, sem interromper os diálogos com redes e organizações da sociedade civil, se voltou com maior ênfase para o diálogo direto com o governo, objetivo que já havia sido colocado em publicações após o II ENA. Esse fato se deu a partir da oportunidade de contribuir para a estruturação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, processo que foi motivado pela trajetória da ANA e também pelas mulheres na Marcha das Margaridas, que no ano de 2011 reivindicaram uma política nacional de agroecologia.

No mesmo ano, o Ministério do Meio Ambiente convidou a ANA e movimentos sociais para um debate, reconhecendo a necessidade de tomar iniciativas que promovessem o espaço da agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural no Brasil. O futuro programa, plano ou política, do qual não se tinha clareza, daria concretude à pauta da agroecologia “para dentro” do governo federal, articulado a outros ministérios e órgãos públicos e com a sociedade civil organizada (ANA, 2012, p. 1).

A partir do compromisso das articulações interministeriais para elaboração da proposta, ainda informalmente foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial<sup>4</sup>. A identificação de metas e iniciativas dos diferentes ministérios relacionados à agroecologia e agricultura orgânica, no Plano Pluri-anual (PPA) (2012-2015), foi uma das primeiras iniciativas desse grupo, já que o PPA havia sido lançado sem articulação para criação de um Plano Nacional de Agroecologia como prometido. Com auxílio de um consultor contratado, esse primeiro trabalho do grupo resultou num documento denominado “Plano Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção” (PNASOP<sup>5</sup>).

O grupo de trabalho reorientou um processo já iniciado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em conjunto com a Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNAPOrg), em que havia produzido uma minuta de decreto de uma Política Nacional de Agricultura Orgânica, no ano de 2011. Os esforços foram então direcionados para a construção de uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, como inicialmente foi chamada.

---

<sup>4</sup> Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

<sup>5</sup> BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. 2011. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=forums&srcid=MTg0NDAxNTc3MDIxMDg1NDcyMDgBMDQyMjYyMDQ1ODAsODg3NTI1NDQvOC02OXZlZDZlYzY1VWtATuMGEbDjIj>>. Acesso em 10 jan. 2017.

A ANA em interlocução com o grupo de trabalho, buscando participar ativamente da construção da política, propôs a realização de reuniões regionais com a sociedade civil e um seminário nacional. Esse diálogo propiciaria a participação das organizações e movimentos sociais na formulação dessa política junto aos gestores públicos. Para isso, a ANA realizou uma reunião com o grupo de trabalho, gerando um documento de subsídio para as reuniões regionais, e sugerindo a organização do debate em torno de três eixos: premissas políticas gerais, proposta de uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, depois chamada Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e processo de discussão e negociação da política. Além do documento subsídio, os seminários regionais deveriam consultar as cartas políticas do II ENA, do Encontro de Diálogos, do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, a minuta de decreto presidencial que institui a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção<sup>6</sup> e o Plano Nacional elaborado no âmbito do grupo interministerial (ANA, 2012).

O documento subsídio destaca as políticas públicas que contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, mas que estas eram insuficientes e fragmentadas. Ainda, menciona que o Estado, em seu conjunto, vem reproduzindo um modelo de desenvolvimento em contradição aos postulados pela ANA<sup>7</sup>, mesmo com a incorporação de uma perspectiva agroecológica em programas e instituições. Nesse contexto, a ANA propõe a agroecologia como uma alternativa de organização socioeconômica, tecnológica e ambiental para o desenvolvimento rural no Brasil.

O Núcleo Executivo da ANA, nesse documento, relembra sua participação no Programa Nacional de Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade, inscrito no PPA (2008-2011), que teria se constituído num “ajuntamento” de iniciativas pontuais de ministérios e outros órgãos públicos, não seguindo as proposições conceituais e metodológicas da ANA. A política em discussão no documento, é colocada com a mesma característica, que iria demonstrar novamente, os “limites que a hegemonia dos interesses do setor do agronegócio impõe à elaboração e implantação de políticas estruturantes para o desenvolvimento rural fundamentadas na agroecologia”. Acrescentam ainda que não estariam diante de uma oportunidade de mudança radical no modelo de desenvolvimento hegemônico (ANA, 2012). Fica claro, por parte da ANA, os repertórios de cooperação e conflito como mencionado por Tilly (1995) e Tarrow (2009).

Externam no documento subsídio para as reuniões regionais de construção da PNAPO, a preocupação de que as negociações pudessem resultar em uma política diferente do que estão propondo, e mais, da ANA estar sendo “usada” para legitimar uma imagem do governo. Giuni e Passy (1998) relatam que uma das formas de ocorrência da cooperação conflituosa é pela incorporação de lideranças dos movimentos em comissões, comitês, instâncias estatais, buscando a legitimidade das ações do Estado. No caso da PNAPO, ocorreu também a delegação, outra forma de cooperação conflituosa, onde se transfere responsabilidades para organizações e movimentos sociais. Conhecedores desse possível interesse do governo, a ANA discute o que poderia ser proposto para acumular forças, para em outro contexto buscar avanços mais estruturais. Refletem

---

<sup>6</sup> A minuta de decreto foi consultada através dos documentos da ANA, mas não foi publicada oficialmente, por isso não será referenciada ao final do trabalho.

<sup>7</sup> Citam a não realização da Reforma Agrária; a violação dos direitos territoriais; a liberação dos transgênicos, a ampliação do consumo de agrotóxicos, as mudanças do código florestal, do código de mineração etc.

que não entrar no debate, mesmo que esse seja um movimento contraditório e as perspectivas não favoráveis, seria perder a oportunidade para representar as denúncias e a afirmação das alternativas que a agroecologia propunha.

Foram organizados e realizados cinco seminários regionais pela ANA (Amazônia, Cerrado, Nordeste, Sudeste e Sul), nos meses de fevereiro e março de 2012, buscando ampliar o debate sobre a PNAPO, discussão que foi consolidada no Seminário Nacional, realizado em abril de 2012. O conjunto de eventos mobilizou aproximadamente 300 pessoas, representantes de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, redes e profissionais vinculados a universidades, órgãos governamentais de pesquisa e extensão. Cada região expôs suas percepções acerca da política e também elaborou uma proposta com base na minuta de decreto já existente.

A proposta elaborada pela ANA apresentou nove diretrizes, e para cada uma delas, a descrição de objetivos específicos e o detalhamento de ações prioritárias. As diretrizes perpassavam, de modo geral, o direito humano à alimentação adequada, o acesso à terra e à água através da reforma agrária, a valorização das culturas locais da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, a internalização da perspectiva agroecológica nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural e a valorização das mulheres e jovens.

A gestão da política se daria através de uma Câmara ou Grupo Intergovernamental e um Conselho Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O financiamento da PNAPO, além das dotações orçamentárias do Orçamento Geral da União, seria pela criação de um Fundo Nacional de Apoio e Fomento a Agroecologia e Produção Orgânica, aos moldes do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), e também pelas dotações da readequação da operação de fundos já existentes.

A perspectiva do governo federal e da ANA era lançar a proposta da PNAPO na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, em junho de 2012, o que não ocorreu, sendo instituída no dia 20 de agosto de 2012 por meio do Decreto nº 7.794. O texto gerou um “desconforto” por parte da ANA, expresso em uma nota intitulada “Moção sobre a Política Nacional de Agroecologia”<sup>8</sup>. Nessa nota a ANA menciona que os 18 meses de diálogo com suas entidades e governo federal resultou em um texto que não contempla, entre suas diretrizes, questões fundamentais como a função social da terra, promoção do acesso à água como um bem de domínio público e a participação da sociedade na gestão da política. Reconhecem que o decreto responde a algumas das reivindicações apresentadas pela articulação, mas que a efetivação real da Política necessitava da instalação imediata da comissão prevista no Decreto, para que a mesma pudesse, a curto prazo, tratar da efetivação das estratégias, instrumentos e medidas já formuladas e reivindicadas pela ANA.

Desde que foi instituída a Pnapo já foram elaborados dois Planapos<sup>9</sup>, o primeiro compreendendo o período de 2013 a 2015, e o segundo lançado em 2016

<sup>8</sup> ANA. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Moção sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/2012/08/23/mocao-sobre-a-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica/> >.

Acesso em: 10 jan. 2017.

<sup>9</sup> A elaboração do Planapo envolveu a participação de diversos atores governamentais e organizações da sociedade civil, situados no âmbito da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - Ciapo (com representantes de dez ministérios) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Cnapo (quatorze representantes da sociedade civil e quatorze representantes do governo federal), e mobilizados em diálogos regionais nacionais. Nestes espaços de diálogos, os debates em torno da agroecologia contaram com organizações do campo agroecológico como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Articulação Semiárido (ASA), enquanto

em vigor até o ano de 2019. Mesmo havendo a manifestação negativa por parte da ANA referente ao texto da política, o que está contemplado na perspectiva de cooperação conflituosa, os Planapos, mais detalhados, se aproximam mais dos repertórios e da metodologia utilizada pela ANA. Nos dois documentos, que representam um dos instrumentos mais importantes da política, é possível observar um conjunto de programas, ações e prazos para responder as demandas em pauta e contribuir na alteração de um cenário diagnosticado.

No primeiro Planapo fica clara uma preocupação com a produção de alimentos, e que esta deve estar atrelada a uma perspectiva de segurança alimentar e nutricional, conservando os diferentes biomas na forma de biodiversidade. O documento ressalta a existência de exemplos concretos e exitosos de produção orgânica e de base ecológica, viabilizados por organizações e movimentos sociais articulados em redes e a necessidade de ampliação desse processo (BRASIL, PLANAPO, 2013/2015).

Avançando ainda mais, o Planapo lançado em 2016 apresenta um cenário de impactos negativos ocasionados pela produção agrícola sobre o meio ambiente, levantando questões como consumo de energia, insumos químicos e o desmatamento. Assim, a agroecologia é colocada como uma alternativa para construção de um novo paradigma para a agricultura, promovendo uma produção sustentável, em bases estruturais mais justas e inclusão no campo (BRASIL, PLANAPO, 2016/2019).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar a relação, conflitos e confluência entre Estado e movimento agroecológico, representado pela ANA, na construção da PNAPO e dos Planapos, utilizando um referencial que trata do Estado e seus processos, políticas públicas e a relação com organizações e movimentos sociais. Retomando os principais resultados, pode-se observar a importância da ANA na preposição da PNAPO, organizando reuniões regionais e dialogando com diversos atores, em uma perspectiva participativa de construção da política.

Fica claro o posicionamento dessa articulação em relação ao governo e suas ações no que se refere à agricultura que promove o desmatamento, que se utiliza intensivamente de insumos químicos, que degrada o solo e a água. Para a ANA, dar legitimidade a essas ações e ser tolerante a esse modo de produzir, expõe relações de poder, mesmo em um governo que está incorporando as noções de agroecologia e desenvolvimento sustentável em suas políticas.

Mesmo tendo conhecimento da fragilidade do governo em relação à pauta agroecológica, a ANA buscou, com sua autonomia, cooperar na criação da PNAPO, como um passo na trajetória de reconhecimento de suas reivindicações. O engajamento com o governo, através da construção dessa política pública, impulsiona a inclusão e legitimação de seus valores e modelo de produção sustentável, nesse processo maleável e mutável de 'fazer-se Estado'. De acordo

---

nas discussões sobre produção orgânica foram importantes a rede de Comissões da Produção Orgânica das Unidades de Federação (CPOrgs) e a Câmara Temática da Agricultura Orgânica (CTAO) do Mapa. Movimentos sociais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), Via Campesina e Marcha das Margaridas também foram fundamentais. Cita-se ainda fóruns que foram importantes para a construção coletiva da Pnapo e do Planapo: i) o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf); ii) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); iii) a Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia; e iv) o Fórum Permanente de Agroecologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (BRASIL, PLANAPO, 2013/2015, p. 15; SIMONI, 2013).

com Caporal e Petersen (2012), ainda que haja o estímulo a modelos mais sustentáveis na agricultura, as políticas públicas brasileiras expressam, muitas vezes, “uma dicotomia irreconciliável entre diferentes modelos de desenvolvimento agrícola, expressando o predomínio da lógica da ideologia da modernização” (CAPORAL; PETERSEN, 2012, p. 70).

Mesmo com conflitos, havia uma abertura do Estado para que as questões do movimento agroecológico fossem discutidas, sendo incorporadas ou não, em políticas públicas. Isso se deu através da consulta dos movimentos e organizações sociais, incorporação de lideranças dos movimentos em comissões, comitês e instâncias estatais, e transferindo responsabilidades do Estado para organizações e movimentos sociais na execução de políticas públicas, caracterizando a cooperação conflituosa de Giuni e Passy (1998). No entanto, a dinamicidade e complexidade do Estado, em seus processos de criação e recriação, como aborda Elias (2006), pode alterar esse cenário. Uma mudança recente no governo brasileiro, provocando um contexto de instabilidade econômica e política, exige que os atores se reposicionem, busquem alternativas e novas estratégias para que suas demandas sejam atendidas, e então possam participar do processo da construção de políticas.

Já no cenário anterior, com diferentes formas de abertura do Estado para o movimento agroecológico, haviam conflitos entre esses atores. O texto da PNAPO explicita esse conflito com a ANA, onde algumas diretrizes não são elencadas, por que possivelmente poderiam fazer emergir confrontos com outros grupos no âmbito da esfera governamental. Entretanto, os Planapos demonstram explicitamente o espaço conquistado pela ANA, com textos que se aproximam de suas narrativas e modelo de produção reivindicado.

Esse diálogo se dá em um espaço privilegiado de poder e luta, de diferentes percepções e interesses (TROUILLIT, 2011), onde os atores utilizam-se de repertórios de cooperação e conflito (TARROW, 2009; TILLY, 1995). Neste sentido, a ANA percebe que mesmo havendo espaço para diálogo e construção de ações em conjunto, esse Estado é ainda marcado por um projeto ideológico que se mantém devido à construção de um campo de poder anterior (BOURDIEU, 1996). Mesmo assim, a articulação dialoga e trabalha em parceria, por que vê no Estado o impulsionador de legitimação de suas ideias, valores e modelo de produção e desenvolvimento (ABRAMS, 2006).

Mesmo sem pesquisas aprofundadas é possível constatar que esse projeto ideológico anterior, acima mencionado, é retomado no Brasil. Como foi abordado no trabalho, a atuação da ANA e do movimento agroecológico já se dava em um cenário dualístico, de favorecimento de duas frentes, mas continuavam dialogando em busca de legitimação de suas pautas. No entanto, o Estado passa ser utilizado como um espaço de legitimação de outra perspectiva de desenvolvimento, ou talvez de uma única perspectiva de desenvolvimento, o que dificulta ainda mais a inserção da agricultura familiar e um modelo de produção e desenvolvimento sustentável nas políticas públicas brasileiras.

É importante salientar as limitações do estudo, que foi baseado em análise documental de textos governamentais, da ANA, de eventos e trabalhos realizados sobre o tema. Na continuidade de estudos sobre a relação dos movimentos e organizações sociais com administrações públicas nos processos de formação do Estado, cabem reflexões mais aprofundadas sobre estruturas históricas, relações de poder e as limitações dos movimentos nesse contexto.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRAMS, P. Notes on the Difficulty of Studying the State. In Sharma, A.; Gupta, A. (eds.). **The Anthropology of the State: a reader**. MA, USA: Blackwell Publishing, 2006. p. 112-130.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21 - 41, 2012.

ALTIERI, M. **Agroecology: The science of sustainable agriculture**. Boulder, CO: Westview Press, 1995.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. **II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife, jun., 2006.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **O que é a ANA**. 2015. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA para a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”**. 2012. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/category/c83-temas-prioritarios/c89-politicas-publicas-com-enfoque-agroecologico/page/2/>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Seminário Oficina Regional Centro-Oeste “Por uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção”**. 2012. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/category/c83-temas-prioritarios/c89-politicas-publicas-com-enfoque-agroecologico/page/2/>>. Acesso em 03 jan. 2017.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Seminário Oficina Regional Sudeste: por uma política nacional de agroecologia e sistemas orgânicos de produção**. 2012. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/category/c83-temas-prioritarios/c89-politicas-publicas-com-enfoque-agroecologico/page/2/>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Seminário Oficina Regional Sul: 6, 7 e 8 de março de 2012**. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/category/c83-temas-prioritarios/c89-politicas-publicas-com-enfoque-agroecologico/page/2/>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Subsídios para o debate sobre a política nacional de agroecologia e sistemas orgânicos de produção**. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/category/c83-temas-prioritarios/c89-politicas-publicas-com-enfoque-agroecologico/page/2/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BRASIL. **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019**. Disponível em: < [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PLANAPO\\_2016\\_2019.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PLANAPO_2016_2019.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. **Brasil agroecológico**: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2013-2015. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/brasil-agroecologico.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm). Acesso em: 7 jan. 2017.

BENSADON, L. S. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2016.

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, p. 91-136, 1996.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. Cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras. 2014. [curso de 17 de janeiro. p. 174-190; curso de 7 de fevereiro. p. 223-239.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, nº 6, 2012. p. 63-74.

DELGADO, A. Opening Up for Participation in Agro-Biodiversity Conservation: The Expert-Lay Interplay in a Brazilian Social Movement. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, 21, 2008. p. 559-577.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- all. 1984.

ELIAS, N. Processos de formação de Estados e construção de nações. In ELIAS, N. **Escritos & ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2006.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ENA. **Anais**, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ENA. **Boletim ENA**. Rio de Janeiro: Núcleo Executivo do ENA, n. 1, fev., 2002.

FARIA, C. F. Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, 2010.

GIUGNI, M.; PASSY, F. Contentious politics in complex societies: New social movemensts between conflict and cooperation. In: GIUGNI, M.; McADAM, D.; TILLY, C. **From contention to democracy**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.



GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, v. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.

LERRER, F. D.; MEDEIROS, S. L. Food sovereignty and struggle for land: the experience of the MST in Brazil. In: **Alternative Agrifood Movements: Patterns of Convergence and Divergence**, 2014.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua nova**, n. 17, p. 49-66, 1989.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise de políticas públicas**, 2 ed., Pelotas (RS): Educat, 2004.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória)**. Rio de Janeiro, 2004.

PICOLOTTO, E. L.; PICCIN, M. B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Extensão Rural**, Santa Maria, Ano XV, nº 16, p. 5-36, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5500>.

SOUZA LIMA, A. C. Apresentação. Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processo de formação estatal. **Revista de Antropologia** (USP. Impresso), v. 55, p. 559-564, 2012.

SOUZA LIMA, A. C. Introdução: Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: SOUZA LIMA, A. C. de (ed.): **Gestar e Gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública**, Rio de Janeiro: Nuap/ Relume-Dumará, 2003.

SOUZA LIMA, A. C.; MACEDO e CASTRO, J. P. Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). **Revista Antropológicas**, v. 26, n. 2, p. 17-54, 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias** (UFRGS), v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. **Coerção, capital e estados europeus (990-1992)**. São Paulo: EDUSP, 1996.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, M. org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, NC: Duke University Press, p. 15-42, 1995.

TROUILLOT, M. R. The anthropology of the state in the age of globalization. Close encounters of the deceptive kind (inclui debate de Chris Hann e László Kurti). **Current Anthropology**, v. 42, n. 1, p. 125-138, 2001.